

Ata nº 033 da Sessão Ordinária nº 033, de
11 de Junho de 2013.

1 Às nove horas do dia onze de junho de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do
2 Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da
3 Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, MARA**
4 **LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e CEZAR COLARES**; Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**;
5 presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se
6 o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada
7 nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocada a Auditora Márcia Costa e a Auditora
8 Adriana Oliveira para proposta de decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do TCM/Pa. Convocado o
9 Auditor Sérgio Dantas em substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves, nos termos da Portaria nº 0994/2013. A
10 seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro
11 aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com
12 justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 025/2013. Em sequência,
13 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº**
14 **250012007-00; Prefeitura Municipal de Chaves; Prestação de Contas – 2007; Responsável Benjamin**
15 **Ribeiro de Almeida Neto; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel**
16 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
17 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a
18 aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
19 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio pela rejeição*
20 *das contas da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida*
21 *Neto, que deverá proceder os seguintes recolhimentos de multa ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e*
22 *Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º,*
23 *III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 20091: 1 – R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de multa, com base no art. 120-*
24 *A, II do Regimento Interno deste Tribunal2 em face da ausência de processos licitatórios no total de R\$ 636.008,53*
25 *(seiscentos e trinta e seis mil e oito reais e cinquenta e três centavos); saldo de caixa no valor de R\$ 279.443,62 (duzentos*
26 *e setenta e nove mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e dois centavos) ao final do exercício e não*
27 *apropriação de encargos patronais. 2 – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de multa, com base no art. 120-B, IV do*
28 *Regimento Interno deste Tribunal em face do atraso na remessa do Balanço Geral (72 dias) e RREO 1º bimestre (425*
29 *dias). Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro
30 Antônio José, o Auditor Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo, acompanharam o Relator, na
31 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência
32 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a
33 aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Chaves, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr.
34 Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
35 **Por maioria**: com o recolhimento das seguintes multas ao FUMREAP: 1 – R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a título
36 de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face da ausência de processos
37 licitatórios no total de R\$-636.008,53 (seiscentos e trinta e seis mil, oito reais e cinquenta e três centavos);
38 saldo de caixa no valor de R\$-279.443,62 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e três reais
39 e sessenta e dois centavos), ao final do exercício e não apropriação de encargos patronais. 2 – R\$-4.000,00
40 (quatro mil reais), a título de multa, com base no art. 120-B, IV do Regimento Interno deste Tribunal, face ao
41 atraso na remessa do Balanço Geral (72 dias) e RREO 1º bimestre (425 dias). Vencida a Conselheira Mara
42 Lúcia, quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar
43 Colares. **Processo nº 880012008-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas**



44 de Governo – 2008; Responsável Walmir de Araújo Alves; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha;
45 Relator Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo
46 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
47 parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
48 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
49 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio
50 contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, exercício 2008, de
51 responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
52 Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
53 **880012008-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas de Gestão - 2008;**
54 **Responsável Walmir de Araújo Alves; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
55 **Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
56 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrário a aprovação das contas, com o
57 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
58 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de*
59 *Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves com recolhimento no prazo de 15*
60 *(quinze) dias, os seguintes valores: Recolhimento ao erário municipal: - Valor de R\$ 1.391.220,67 (um milhão, trezentos e*
61 *noventa e um mil duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) devidamente atualizado, referente a conta "Agente*
62 *Ordenador" proveniente das diferenças detectadas na execução financeira.- multa de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais),*
63 *correspondente a 30% da remuneração anual do gestor, a título de multa pela não remessa dos RFG's dos meses de maio*
64 *e junho de 2008, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.028/2000; E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e*
65 *Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2008): -*
66 *multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa da*
67 *prestação de contas do 2º e 3º quadrimestre e RREO's do 1º, 2º, 3º, 4º, fora dos prazos legais. - multa de R\$ 7.000,00*
68 *(sete mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal em face da realização de despesas com*
69 *ausência de processo licitatório; 3) multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do*
70 *Regimento Interno deste Tribunal em face do não repasse ao INSS durante o exercício financeiro de 2008, da totalidade*
71 *das contribuições retidas dos contribuintes, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público*
72 *Estadual".* **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José, o
73 Auditor Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira
74 Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
75 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura
76 Municipal de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves, com o
77 recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes valores aos Cofres Municipais: - R\$-1.391.220,67
78 (um milhão, trezentos e noventa e um mil, duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), devidamente
79 atualizado, referente a conta "Agente Ordenador", proveniente das diferenças detectadas na execução
80 financeira; - R\$-18.000,00 (dezoito mil reais), correspondente a 30% da remuneração anual do Gestor, a título
81 de multa, pela não remessa dos RFG's dos meses de maio e junho de 2008, nos termos do art. 5º da Lei nº
82 10.028/2000, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
83 **maioria:** ao FUMREAP: - multa de R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-B, do Regimento
84 Interno deste Tribunal, pela remessa da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestre e RREO's do 1º, 2º, 3º,
85 4º, fora dos prazos legais; - multa de R\$-7.000,00 (sete mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento
86 Interno deste Tribunal face a realização de despesas com ausência de processo licitatório; - multa de R\$
87 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do Regimento Interno deste Tribunal, face
88 ao não repasse ao INSS durante o exercício financeiro de 2008, e da totalidade das contribuições retidas dos



89 contribuintes. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a multa ao FUMREAP. **Processo nº 1220012007-**
90 **00; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará; Prestação de Contas - 2007; Responsável José**
91 **Ismael Lima Rocha; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado**
92 **no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
93 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas,
94 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
95 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das*
96 *contas da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Ismael Lima*
97 *Rocha, que deverá proceder os seguintes recolhimentos: 1 – Aos Cofres Municipais: 1.1 – R\$ 4.289,88 (quatro mil*
98 *duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos), devidamente corrigido, referente aos pagamentos de subsídios*
99 *aos gestores municipais em desacordo com o ato fixador; 2 – Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e*
100 *Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º,*
101 *III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009, multa de: 2.1 – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base*
102 *no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal em face da ausência de processos licitatórios no total de 215.198,52*
103 *(duzentos e quinze mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), sem prejuízo de encaminhamento de*
104 *cópia dos autos ao Ministério Público Estadual."* **Em votação:** A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio
105 José, o Auditor Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A
106 Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou
107 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das
108 contas da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José
109 Ismael Lima Rocha, com o recolhimento, aos Cofres Municipais, do valor de R\$-4.289,88 (quatro mil, duzentos
110 e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos), devidamente corrigido, referente aos pagamentos de
111 subsídios aos Gestores em desacordo com o ato fixador; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos
112 ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolhimento de multa no valor de R\$-5.000,00
113 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a
114 ausência de processos licitatórios, no total de R\$-215.198,52 (duzentos e quinze mil, cento e noventa e oito
115 reais e cinquenta e dois centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a multa ao FUMREAP. Ausência,
116 por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Às nove horas e vinte e cinco minutos, o Conselheiro
117 Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 150012005-00 (200603996-00);**
118 **Prefeitura Municipal de Benevides; Prestação de Contas - 2005; Responsável Edimauro Ramos de Faria –**
119 **Prefeito; 3º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Publicado no**
120 **DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
121 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A
122 matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** *"emissão de parecer prévio*
123 *recomendando à Câmara do Município de Benevides a não aprovação das contas do Sr. Edimauro Ramos de Faria, Prefeito*
124 *Municipal, exercício de 2005. Quanto à entrega intempestiva dos RGF's, multa ao Chefe do Poder Executivo, no valor de*
125 *R\$-5.900,00 (cinco mil e novecentos reais), correspondente a 5 % (cinco por cento) conforme Lei Federal nº 10.028/2000,*
126 *com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o
127 Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam a Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro
128 Cezar Colares pediu Vista dos autos. Com abstenção do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de
129 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1250012010-00; Prefeitura Municipal de**
130 **Terra Alta; Prestação de Contas de Governo - 2010; Interessado Aroldo do Nascimento Pinto; 4ª**
131 **Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no**
132 **DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
133 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas,



com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Terra Alta a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de Aroldo do Nascimento Pinto, em razão do descumprimento art. 22 da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), com o recolhimento do valor lançado a conta "Agente Ordenador", no montante de R\$-290.328,60 (duzentos e noventa mil, trezentos e vinte e oito reais e sessenta centavos), sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1250012010-00; Prefeitura Municipal de Terra Alta; Prestação de Contas de Gestão - 2010; Interessado Aroldo do Nascimento Pinto; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Terra Alta, exercício de 2010, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1040022010-00; Câmara Municipal de Tailândia; Prestação de Contas - 2010; Interessado Francisco Raulino Zimmermann; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela irregularidade da contas da Câmara Municipal de Tailândia, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Francisco Raulino Zimmerman, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias: I - Ao Tesouro Municipal: - R\$ 334.245,63 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), referente à Conta Agente Ordenador; - R\$ R\$ 33.424,56 (trinta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), referente à 10% (dez por cento) do valor referente ao agente ordenador, a título de multa, com base no art. 563 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei nº 25/94). - R\$ 1.470,00 (mil quatrocentos e setenta reais), referente a multa equivalente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º, da Lei 10.028/20004, pelo envio intempestivo dos RGF's do 2º e 3º quadrimestres (14 e 2 dias respectivamente); II - Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará -FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009): - R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), a título de multa, com base no art. 120-B, § 1º5 do Regimento Interno deste Tribunal em face do atraso da prestação de contas do 3º quadrimestre em 26 dias; - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II6 do Regimento Interno deste Tribunal em face: da não consolidação das contas do legislativo no balanço geral do município; de não haver sido realizada a correta apropriação e recolhimentos das obrigações patronais e; da ausência da relação de bens permanentes adquiridos no exercício, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas da Câmara Municipal de Tailândia, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Francisco Raulino Zimmerman, com o recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, ao Tesouro Municipal, dos seguintes valores: - R\$-334.245,63 (trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), referente à conta "Agente Ordenador"; - R\$-33.424,56 (trinta e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), referente a 10% (dez por cento) do total do



179 "Agente Ordenador", a título de multa, com base no art. 563 da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei nº 25/94); -
180 R\$-1.470,00 (hum mil, quatrocentos e setenta reais), referente a multa equivalente a 5% (cinco por cento)
181 dos vencimentos legalmente pagos ao Presidente da Câmara Municipal, com fundamento no art. 5º, I, § 1º,
182 da Lei 10.028/20004, pelo envio intempestivo dos RGF's do 2º e 3º quadrimestres (14 e 2 dias
183 respectivamente), , sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
184 **maioria:** ao FUMREAP, multa nos seguintes valores: - R\$-750,00 (setecentos e cinquenta reais), a título de
185 multa, com base no art. 120-B, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, face ao atraso da prestação de
186 contas do 3º quadrimestre (em 26 dias); - R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art.
187 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a não consolidação das contas do legislativo no balanço
188 geral do município, de não haver sido realizada a correta apropriação e recolhimentos das obrigações
189 patronais e da ausência da relação de bens permanentes adquiridos no exercício. Vencida a Conselheira Mara
190 Lúcia quanto a multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo.
191 **Processo nº 1240022004-00; Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia; Prestação de Contas**
192 **- 2004; Interessado Alacid Gomes da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora**
193 **- Auditora Márcia Costa (Conselheiro Cezar Colares); Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.**
194 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
195 pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
196 matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora proferiu sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou
197 a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas do Sr. Alacid Gomes da Silva,
198 Presidente à época da Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia, exercício de 2004, em função da
199 omissão no dever de prestar contas referente ao 3º quadrimestre, com recolhimento aos Cofres Municipais da
200 quantia de R\$-57.789,12 (cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e doze centavos) relativo ao
201 lançamento da conta "Agente Ordenador", sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
202 Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolher as seguintes multas: R\$-20.000,00 (vinte mil reais),
203 face ao débito imputado pela ausência de prestação de contas (arts. 35, 56, I e 57, I, alínea "a" da LC nº
204 84/12); R\$-15.000,00 (quinze mil reais), pela não remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre (arts.
205 56, I e 58 da LC nº 84/12, c/c art. 120-B, § 2º do RITCM); R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa
206 intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres (arts. 56, I e 57, III, alínea "a" da LC nº 84/12,
207 c/c art. 120-B, IV do RITCM); R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não recolhimento nos prazos legais da
208 contribuição previdenciária patronal (arts. 56, I, e 58 da LC nº 84/12); R\$-1.144,80 (hum mil, cento e
209 quarenta e quatro reais e oitenta centavos), pela não remessa e remessa intempestiva do RGF referente ao 3º
210 e 1º e 2º quadrimestres/2004, respectivamente (art. 5º, I, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/00). Ausência,
211 por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o
212 julgamento do processo de nº 29 e 30: **Processo nº 201300716-00; Câmara Municipal de Bonito;**
213 **Subsídio – Resolução nº 001/2012, Aprovada em 06.09.2013, que fixa o Subsídios dos Vereadores, para a**
214 **Legislatura a partir de 1º de Janeiro de 2013; Interessado Eduardo Augusto Rodrigues Mota; Procuradora**
215 **Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 38.412, de**
216 **07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
217 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora
218 proferiu seu **VOTO. Em votação:**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
219 pelo cadastramento da Resolução n.º 001/2012, aprovada em 06.09.12, pela Câmara Municipal de Bonito, que
220 fixa o valor do subsídio dos vereadores para a legislatura 2013-2016, no importe de R\$ 4.500,00 (quatro mil e
221 quinhentos reais), para o Vereador- Presidente e R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), para os demais
222 Vereadores, correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor do subsídio dos Deputados Estaduais, nos

termos do art. 29, VI, 'b', da CF/88, aplicando multa, em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal, no exercício de 2012, Ordenador responsável pelo encaminhamento intempestivo do Ato, nos termos acima indicados. Comunicar, por fim, ao atual Presidente da Câmara Municipal que qualquer atualização no valor do subsídio deverá obedecer o que determina os incisos I e II do §1º do art. 169 e a alínea "b", do inciso VI, o inciso VII, ambos do artigo 29, o inciso I e o § 1º do artigo 29-A, todos da Constituição da República, além dos artigos 16 e 17, da LC n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201303336-00; Câmara Municipal de Ourém; Diária – Resolução nº 004/2012, aprovada em 12.12.12, que fixa o valor das Diárias dos Vereadores e Outros; Responsável Frank Nazaré Silva Pereira; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO. Em votação:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução n.º 04/2012, aprovada em 31.12.12, pela Câmara Municipal de Ourém, que fixa o valor das diárias de viagem dos vereadores e servidores para a legislatura 2013-2016, aplicando multa, em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal, Ordenador responsável pelo encaminhamento intempestivo do Ato, nos termos acima indicados. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às dez horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10 e seguintes: **Processo nº 252042007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Chaves; Prestação de Contas - 2007; Interessado Benjamin Ribeiro de Almeida Neto; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela regularidade com ressalvas da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Chaves, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, com expedição do competente alvará de quitação no valor de R\$ 498.095,30 (quatrocentos e noventa e oito mil e noventa e cinco reais e trinta centavos), após o recolhimento ao FUMREAP do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal em face do não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social".* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Chaves, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-498.095,30 (quatrocentos e noventa e oito mil, noventa e cinco reais e trinta centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP do valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face o não encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão de multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 252192007-00; FUNDEB de Chaves; Prestação de Contas - 2007; 5ª Controladoria; Interessado Benjamin Ribeiro de Almeida Neto; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheira Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela irregularidade da prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento, Educação e Valorização do Magistério*



267 - FUNDEB de Chaves, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, com recolhimento no
268 prazo de 15 (quinze) dias: ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos
269 Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009), multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais),
270 com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal em face de saldo de caixa no valor de R\$ 59.527,11
271 (cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e sete reais e onze centavos) ao final do exercício; desvio de finalidade na
272 aplicação dos recursos do FUNDEB no montante de R\$289.589,07 (duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e oitenta e
273 nove reais e sete centavos) e Ausência do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB, sem prejuízo de
274 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o
275 Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara
276 Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
277 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade da prestação de contas do Fundo de Desenvolvimento,
278 Educação e Valorização do Magistério - FUNDEB de Chaves, exercício 2007, de responsabilidade do Sr.
279 Benjamin Ribeiro de Almeida Neto, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
280 **Por maioria:** com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP, do valor de R\$-5.000,00 (cinco
281 mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face ao saldo de caixa no valor de
282 R\$-59.527,11 (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e onze centavos), ao final do exercício;
283 desvio de finalidade na aplicação dos recursos do FUNDEB no montante de R\$-289.589,07 (duzentos e oitenta
284 e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sete centavos), e ausência do Parecer do Conselho de Controle
285 Social do FUNDEB. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por
286 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
287 **252032007-00; Fundo Municipal de Saúde de Chaves; Prestação de Contas - 2007; 5ª Controladoria;**
288 **Interessado Franciolga da Conceição Pinheiro (01.01 a 30.11) e José Raimundo Farias de Moraes (01.12 a**
289 **31.12.2007); Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda;**
290 **Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
291 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada
292 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela irregularidade da prestação de contas do Fundo
293 Municipal de Saúde de Chaves, relativo ao período de 1º de janeiro à 30 de novembro do exercício de 2007, de
294 responsabilidade da Sra. Franciolga da Conceição Pinheiro com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias: ao Fundo de
295 Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP
296 (Lei nº 7.368, de 29/12/2009), multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento
297 Interno deste Tribunal em face da ausência de processos licitatórios e também pela irregularidade da prestação de contas
298 do Fundo Municipal de Saúde de Chaves, relativo ao período de 1º à 31 de dezembro do exercício de 2007, de
299 responsabilidade do Sr. José Raimundo Farias de Moraes com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias: ao Fundo de
300 Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP
301 (Lei nº 7.368, de 29/12/2009), multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento
302 Interno deste Tribunal em face da ausência de processos licitatórios, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos
303 ao Ministério Público Estadual." **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor
304 Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a
305 exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
306 pela irregularidade da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Chaves, relativo ao período de 1º
307 de janeiro a 30 de novembro do exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Franciolga da Conceição
308 Pinheiro, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com
309 recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP, de multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais),
310 com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a ausência de processos licitatórios e
311 pela irregularidade da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Chaves, relativo ao período de 1º



a 31 de dezembro do exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Raimundo Farias de Moraes. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 882712008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará; Prestação de Contas - 2008; Interessado Antônio Lenira Santos Teixeira; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Antônio Lenira Santos Teixeira, com recolhimento no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 162.673,05 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e cinco centavos), devidamente atualizado, referente à conta "Agente Ordenador". E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009. - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, e 2º quadrimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. - multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela não remessa do Parecer do Conselho do Fundo Municipal de Assistência Social nos termos do art. 120-B, IV, § 1º do RI/TCM, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual"* **Em votação**: A Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Antônio Lenira Santos Teixeira, com o recolhimento ao Erário Municipal do valor de R\$-162.673,05 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e três reais e cinco centavos), devidamente atualizado, referente à conta "Agente Ordenador", sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento no prazo de 15 dias, dos seguintes valores ao FUMREAP: multa de R\$-1.000,00 (mil reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, e 2º quadrimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$-1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; R\$-500,00 (quinhentos reais) pela não remessa do Parecer do Conselho do Fundo Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 120-B, IV, § 1º do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e José Carlos Araújo. **Processo nº 882722008-00; Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará; Prestação de Contas - 2008; Interessado Sandra Cascares Ferreira; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda ; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Sandra Cascaes Ferreira, com recolhimento no prazo de 15 dias, os seguintes valores: -Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 3.171.656,56 (três milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), devidamente atualizado, referente à "conta Agente Ordenador". E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de*

29 de dezembro de 2009. - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º trimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. - multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB, nos termos do art. 120-B, IV, § 1º do RI/TCM. - multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, nos termos do art. 120-A, II do RI/TCM/PA, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual" **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade da Sra. Sandra Cascaes Ferreira, com recolhimento no prazo de 15 dias, ao Erário Municipal, no valor de R\$-3.171.656,56 (três milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), devidamente atualizado, referente a "conta Agente Ordenador", sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolhimento das seguintes multas: R\$-1.000,00 (mil reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º trimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais; R\$-500,00 (quinhentos reais) pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEB, nos termos do art. 120-B, IV, § 1º do RI/TCM; R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, nos termos do art. 120-A, II do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 882702008-00; Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará; Prestação de Contas - 2008; Responsável** Alfonço Luiz Batista; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista com recolhimento no prazo de 15 dias, os seguintes valores: -Recolhimento ao erário municipal do valor de R\$ 580.740,35 (quinhentos e oitenta mil setecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos), devidamente atualizado, referente à "conta Agente Ordenador". E ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de dezembro de 2009. - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º trimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM. - multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.. **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Alfonço Luiz Batista, com recolhimento no prazo de 15 dias, dos seguintes valores, ao Erário municipal: R\$-580.740,35 (quinhentos e oitenta mil, setecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos), devidamente atualizado,



referente a conta "Agente Ordenador", sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolhimentos das seguintes multas: R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, fora do prazo legal (inferior a 30 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes (R\$ 1.914,87), bem como a incorreta apropriação e recolhimento das obrigações patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1220042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Santa Bárbara do Pará; Prestação de Contas – 2007; 5ª Controladoria; Responsável Sandra Wilma Campos Silva; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Sandra Wilma Campos da Silva com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias: ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2007): - R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a ausência de licitação, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual".* **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santa Bárbara do Pará, exercício de 2007, de responsabilidade da Sra. Sandra Wilma Campos da Silva, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a ausência de licitação. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1410102010-00; Fundo Municipal de Educação de Quatipuru; Prestação de Contas de Gestão – 2010; Responsável Ana Carla dos Reis Farias; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regia da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Quatipuru, exercício de 2010, de responsabilidade de Ana Carla dos Reis Farias, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1410142010-00; Fundo Municipal de Saúde de Quatipuru; Prestação de Contas de Gestão – 2010; Responsável Francilene Rosa da Silva; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Quatipuru, exercício de 2010, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-2.943.451,94



446 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro
447 centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro José Carlos
448 Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. Às onze horas e trinta e três minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo
449 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 200816777-00; Prefeitura Municipal de São Félix do**
450 **Xingú; Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução de nº 8.003/2005 – TCM/PA, de 23.08.2013;**
451 **Responsável Antônio Paulino da Silva; 2ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora –**
452 **Auditora Adriana Oliveira; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo
453 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
454 não provimento. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora Relatora proferiu sua **proposta de**
455 **Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do
456 presente Recurso e, no mérito, pelo seu provimento parcial para excluir as irregularidades referentes ao não
457 envio dos atos de abertura de crédito e do descumprimento do art. 72 da Lei nº 101/2000, e por conseguinte
458 excluir as correspondentes multas aplicadas de R\$250,00 e R\$500,00; excluir do rol de irregularidades
459 ensejadoras da emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas o não recolhimento ao Instituto de
460 Previdência dos valores retidos do funcionalismo, sem prejuízo da multa aplicada, mantendo inalterados os
461 demais termos da decisão recorrida que recomendou à Câmara Municipal a não aprovação das contas
462 prestadas pelo Prefeito do Município. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro do Conselheiro Cezar
463 Colares. **Processo nº 200809717-00; Câmara Municipal de Tomé-Açu; Recurso de Revisão Contra a**
464 **decisão do Acórdão nº 13.843, de 20.10.2005 (Prestação de Contas de 2002); Responsável Antônio Matos da**
465 **Silva; 5ª Controladoria; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
466 **Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
467 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento. A matéria foi
468 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
469 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso de Revisão,
470 reformando o Acórdão nº 13.843, retirando os motivos de reprovação das contas, o descumprimento do
471 Orçamento em alguns elementos de despesa e a não apropriação dos encargos patronais, mantendo, porém, a
472 não aprovação das contas e multa, por força do descumprimento do art. 29-A, I, da Constituição Federal.
473 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201202156; Diocese Santa**
474 **Maria Mãe de Deus; Prestação de Contas do Convênio nº 006/2011, firmado com a FUNPAPA – 2011;**
475 **Responsável Bispo Dom Carlos Ângelo Verzeletti; 4º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator –**
476 **Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.412, de 07.06.2013.** Cumprindo dispositivo
477 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
478 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
479 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Diocese Santa Maria
480 Mãe de Deus, referente ao Convênio nº 006/2011, firmado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, com
481 expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-70.000,00 (setenta mil reais). Ausência, por ocasião de
482 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200903809-00; Secretaria Municipal de Educação;**
483 **Contrato de Prestação de Serviços nº 039/2009 - SEMEC; Responsável Terezinha Moraes Gueiros - Secretária;**
484 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o
485 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A
486 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
487 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Contrato em exame, de acordo com o que
488 preceitua o parágrafo único do art. 108 do RITCM, recomendando à Secretaria de Educação que atente-se à
489 fundamentação de futuras contratações. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.



490 **Processo nº 200903820-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC/Belém;** Contrato de
491 Prestação de Serviços nº 30/2009 - SEMEC; Responsável Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora
492 Elisabeth Salame da Silva; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
493 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
494 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
495 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Contrato em exame, de acordo com o que preceitua o
496 parágrafo único do art. 108 do RITCM, recomendando à Secretaria de Educação que atente-se à
497 fundamentação de futuras contratações. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
498 **Processo nº 200903830-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC/BELÉM;** Contrato de
499 Prestação de Serviços nº 027/2009 - SEMEC; Responsável Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora
500 Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
501 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
502 colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
503 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Contrato em exame, de acordo com o que preceitua o
504 parágrafo único do art. 108 do RITCM, recomendando à Secretaria de Educação que atente-se à
505 fundamentação de futuras contratações. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
506 **Processo nº 200911212-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC/BELÉM;** Contrato de
507 Prestação de Serviços nº 154/2009; Responsável Terezinha Moraes Gueiros - Secretária; Procuradora Elisabeth
508 Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
509 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
510 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
511 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Contrato em exame, de acordo com o que preceitua o
512 parágrafo único do art. 108 do RITCM, recomendando à Secretaria de Educação que atente-se à
513 fundamentação de futuras contratações. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
514 **Processo nº 201012952-00; IPAMB/PMB;** Cadastro dos Contratos nº's 12 e 13/2012, com as empresas
515 E.L. Fontes Cia LTDA-ME e C. Cristina Leão Rego Informática - ME; Responsável Oséas Silva Junior;
516 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
517 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro dos
518 Contratos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
519 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro dos Contratos nº's 12 e 13/10,
520 firmados entre o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB e as empresas E. L.
521 Fontes Cia Ltda e C. Cristina Leão Rêgo Informática, com a juntada dos autos ao processo de prestação de
522 contas respectiva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
523 **201006973-00; IPAMB/PMB; Contrato - Aquisição Via Nota de Empenho nº 00730-A de 09.04.10;**
524 **Responsável Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Antônio José**
525 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
526 manifestou-se pela legalidade do Contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
527 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro
528 do Contrato e juntada dos autos do Processo à Prestação de Conta respectiva. Ausência, por ocasião de
529 votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200919099-00; Belém; Outros – Termo de Cooperação**
530 **Técnica nº 004/2009 – SEURB - 2009; Responsável Sérgio de Souza Pimentel - Secretário; Procuradora**
531 **Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Auditora Adriana Oliveira.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
532 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastro do Ato. A matéria
533 foi colocada **em discussão**. A Auditora proferiu sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a



534 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu anexar os autos à prestação de contas da SEURB, exercício de
535 2009, a fim de subsidiar a análise e acompanhamento da execução orçamentária e, por conseguinte, avaliar a
536 legalidade e legitimidade das despesas efetuadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar
537 Colares. **Processo nº 201002912-00; IPAMB/PMB; outros – Termo de Apostilamento ao Contrato**
538 **38/2008** firmado com a Clínica de Fisioterapia - CAFISIO; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Maria
539 Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
540 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento dos Termos de
541 Apostilamento ao Contrato nº 38/2008. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
542 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
543 Termo de apostilamento ao Contrato 38/2008. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar
544 Colares. **Processo nº 201003156-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº**
545 **52/2007** firmado com a Cooperativa Estadual de Serv. Oftalmologia do Estado do Pará; Responsável Oséas
546 Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo
547 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
548 cadastramento do Termo de Apostilamento ao Contrato nº 52/2007. A matéria foi colocada **em discussão**. O
549 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
550 decidiu pela juntada do Termo de Apostilamento ao Contrato nº 52/2007, para análise conjunta, às referidas
551 prestações de contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
552 **201003741-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 027/2009** firmado com
553 Hospital Layr Maia – Ultrassom S/S; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -
554 Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
555 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**.
556 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
557 decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato nº 027/2009. Ausência, por ocasião da
558 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201003743-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de**
559 **Apostilamento ao Contrato 010/2007** firmado com Centro de Diagnóstico MAYMONE S/C LTDA; Procuradora
560 Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
561 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A
562 matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
563 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato 010/2007.
564 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201003749-00;**
565 **IPAMB/PMB; Termo de Apostilamento ao Contrato nº 25/2009** firmado com Cooperativa dos médicos
566 Anestesiologistas no Estado do Pará; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Elisabeth Salame da Silva;
567 Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
568 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
569 **discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
570 decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato nº 25/2009. Ausência, por ocasião de
571 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201003752-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de**
572 **Apostilamento ao Contrato nº 21/2008** firmado com Clínica Fisioterápica do Pará LTDA; Responsável Oséas
573 Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo
574 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
575 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
576 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento
577 ao Contrato nº 21/2008. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**

Manoel Botelho



578 **201003754-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 09/2007 com Hospital da**
579 **Ordem Terceira Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
580 **Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
581 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
582 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo
583 cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato nº 21/2008. Ausência, por ocasião de votação, do
584 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201003758-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento**
585 **ao Contrato nº 055/2007 firmado com Clínica ONCOCENTER LTDA; Responsável Oséas Silva Junior;**
586 **Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo
587 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
588 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
589 proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento
590 ao Contrato nº 055/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
591 **201003759-00; IPAMB/PMB; Outros – 2010- Termo de apostilamento ao Contrato nº 49/2007, com Bel**
592 **Dentes Serviços Odontológicos Ltda; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator**
593 **– Conselheiro Antonio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
594 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**.
595 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
596 decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato nº 49/2007. Ausência, por ocasião de
597 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101701-00 – IPAMB/PMB; Outros – Termo de**
598 **Apostilamento ao Contrato nº 38/2008 firmado com Clínica de Fisioterapia - CAFISIO; Procuradora Maria Inez**
599 **Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
600 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**
601 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à**
602 **unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 38/2008. Ausência, por
603 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101711-00; IPAMB/PMB; Outros –**
604 **Termo de Apostilamento ao Contrato nº 23/2008 firmado com Centro Integrado de Atendimento de Oncologia**
605 **LTDA; Responsável Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio**
606 **José Guimarães** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
607 e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
608 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo cadastro
609 do Termo de apostilamento ao Contrato nº 23/2008. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar
610 Colares. **Processo nº 201101724-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº**
611 **045/2007 firmado com UNINEURO Unidade de Neurologia do Pará; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -**
612 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
613 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**.
614 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,
615 decidiu pelo cadastramento do Termo de apostilamento ao Contrato nº 045/2007. Ausência, por ocasião de
616 votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101729-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de**
617 **Apostilamento ao Contrato nº 21/2007 firmado com Comércio de Implantes Ortopédicos do Sul Ltda;**
618 **Interessado (a): Luiz Octávio Cunha; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio**
619 **José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos
620 e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
621 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**,



622 decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 21/2007. Ausência, por ocasião de votação,
623 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101737-00; IPAMB-PMB;** Outros – Termo de
624 Apostilamento ao Contrato nº 30/2007 com BIOSAÚDE Produtos Hospitalares LTDA; Interessado (a): Luiz
625 Octávio Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.
626 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
627 favoravelmente ao cadastro. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
628 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de
629 apostilamento oriundo do IPAMB. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo**
630 **nº 201101755-00; IPAMB-PMB;** Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 49/2007 com Bel
631 Dentes Serviços Odontológicos LTDA; Interessado (a): Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria Regina Cunha;
632 Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
633 seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi
634 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
635 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 49/2007.
636 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101768; IPAMB/PMB;**
637 **Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 09/2007 com Hospital da Ordem Terceira; Interessado Luiz**
638 **Octávio Cunha; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo
639 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
640 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
641 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de
642 apostilamento ao Contrato nº 09/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares.
643 **Processo nº 201101770-00; IPAMB/PMB;** Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 17/2007
644 firmado com Clínica de Endoscopia Dr. Antônio Cerejo LTDA; Interessada Luiz Octávio Cunha; Procuradora
645 Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o
646 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento
647 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
648 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao
649 Contrato nº 17/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
650 **201101773-00; IPAMB/PMB;** Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 10/2007 firmado com
651 centro de Diagnóstico MAYMONE S/C LTDA; Interessado Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria Regina da
652 Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
653 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria
654 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
655 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 10/2007.
656 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101781-00;**
657 **IPAMB/PMB;** Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato 005/2207 firmado com Clínica de Fisioterapia do
658 Pará; Interessado Luiz Octávio Cunha; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José
659 Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
660 manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
661 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
662 cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato 005/2207. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
663 Cezar Colares. **Processo nº 201101790-00; IPAMB/PMB;** Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato
664 nº 04/2007 firmado com DIMAGEM Diagnóstico por imagem; Interessado Luiz Octávio Cunha; Procuradora -
665 Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo

Handwritten signature



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 04/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101808-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 18/2007** Firmado com Clínica do Bebe S/S Ltda; Interessado Luiz Octávio da Cunha; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela juntada do Termo de Apostilamento ao Contrato nº 04/2007, para análise conjunta, às referidas prestações de contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101811-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 018/2007** firmado com ENDOSCOPISTA Associados S/C LTDA; Responsável Luiz Octávio da Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 018/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201101816-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 04/2008** firmado com Uchôa & Facundo Ltda; Responsável Luiz Octávio Cunha; Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 04/2008. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201102043-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 20/2007** firmado com Centro Fisioterápico do Pará; Responsável Octávio Luiz Cunha; Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Termo de apostilamento ao Contrato nº 20/2007. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201102090-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 029/2010** com Philips Medical Systems Ltda; Interessada Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastro do Termo de Apostilamento ao Contrato nº 029/2010, com a juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201102086-00; IPAMB/PMB; Outros – Termo de Apostilamento ao Contrato nº 028/2010** firmado com Biomédica Tecnológica Médica; Interessado Luiz Octávio Cunha; Procuradora Maria regina da Cunha; Relator Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa



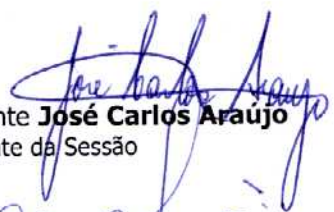
de cadastro do Termo de Apostilamento ao Contrato nº 028/2010, com a juntada dos autos à respectiva prestação de contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Relator: Conselheiro Aloísio Chaves 1) Processo nº 201206855-00 Origem: Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia Assunto: Decretos que nomeiam Rosa Maria de Souza Lima e outros, aprovados no Concurso Público nº 01/2006. 2) Processo nº 201103435-00 Origem: Fundo Municipal de Saúde de Floresta do Araguaia Assunto: Portarias que nomeiam Maria Pedra Rodrigues Alves e outros, aprovados no Concurso Público nº 001/2010. **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e quarenta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.


Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de junho de dois mil e treze.

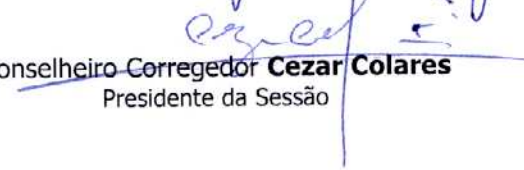
Visto:


Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão